

NARRATIVAS SOBRE A DESIGUALDADE NO BRASIL: PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DA JUVENTUDE

PAULA CRISTINA DA SILVA BARRETO
Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Brasil
paulacba@ufba.br

I- INTRODUÇÃO

Diversos estudos produzidos recentemente têm contribuído para a melhor compreensão de um problema que, apesar de ter raízes que remontam ao passado escravista e colonial, tem adquirido novos contornos na sociedade brasileira ao longo do século XX. Trata-se da desigualdade. A literatura existente nessa área tem crescido muito com a produção de estudos que focalizam não apenas a dimensão econômica, mas também de gênero, geração, cor, região etc. Os estudos que tratam da desigualdade racial têm comprovado que os brasileiros definidos nos censos demográficos como ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘indígenas’ acumulam múltiplas desvantagens se comparados aos brasileiros ‘brancos’ e ‘amarelos’, desvantagens estas que persistiram e, até mesmo, aumentaram durante as duas

últimas décadas do século XX, período em que a sociedade brasileira tem experimentado um processo de consolidação da democracia política¹.

A produção contínua e sistemática de evidências empíricas sobre a desigualdade racial no Brasil contrasta com o pequeno número de estudos sobre o modo como a população em geral e, especificamente, os jovens interpretam as suas experiências – objetivas e subjetivas – com a desigualdade racial, bem como sobre os processos de construção de identidades. Diversos pesquisadores têm chamado a atenção para o fato de que, depois dos estudos realizados sob os auspícios do ciclo da UNESCO – nas décadas de 1950 e 1960 – não foram retomadas com o mesmo vigor daquela época as pesquisas empíricas sobre as percepções, crenças e opiniões compartilhadas entre os brasileiros, homens e mulheres, a respeito da estratificação social com base na “raça” (Andrews, 1991; Winant, 1994).

O presente texto visa contribuir nesse debate, tomando como objeto de análise os modos de percepção do racismo que estão se difundindo na população e, especificamente, entre jovens estudantes universitários, o que significa destacar os pontos de convergência e de divergência existentes nos discursos do senso comum, a sua relação com os discursos acadêmicos e as variações provocadas por fatores como classe, gênero, cor e grau de instrução. À luz destas reflexões, pretendo examinar, na primeira parte deste texto, as percepções e definições sobre as desigualdades na sociedade brasileira que têm se difundido nos discursos populares, e a interlocução existente entre estes discursos e aqueles produzidos no meio acadêmico.

A partir daí, me concentrarei na análise das diversas explanações para as desigualdades que aparecem nos discursos públicos. Sobre esse assunto vou apresentar os resultados de uma pesquisa empírica que realizei entre estudantes universitários de São Paulo, onde analisei os modos de definição do racismo a partir dos relatos sobre as situações apontadas como evidências de ‘preconceito’ e ‘discriminação’ (Barreto, 2003).

Na parte final do texto, analisarei os termos do debate existente a respeito das políticas em prol da igualdade, sistematizando os argumentos que sustentam as posições favoráveis e contrárias às políticas universalistas e particularistas.

¹ Ver a respeito Hasenbalg e Silva, 2003; Henriques, 2001; Silva, 2000; Hasenbalg e Silva, 1988.

II - PERCEPÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE AS DESIGUALDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O racismo foi percebido entre os estudantes entrevistados de uma universidade pública de São Paulo? Em caso positivo, quais foram as definições de racismo utilizadas e que situações foram apresentadas como evidências? Estas são algumas questões a que procuro responder nesta seção com base na análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas, entre os anos de 2000 e 2001, com um grupo de estudantes selecionados².

De maneira geral, os relatos dos estudantes foram ricos em descrições de situações consideradas como evidências de racismo, confirmando os resultados de outras pesquisas que têm apontado para a sua crescente visibilidade no Brasil (Barreto e Oliveira, 2003). A análise das construções discursivas sobre o racismo permitiu identificar o uso de definições diferentes – mixofóbica e heterofóbica –, e de um vocabulário próximo ao que tem sido usado por pesquisadores e militantes anti-racistas que denunciam a existência de “preconceito” e “discriminação” contra os negros. No entanto, foram praticamente ausentes as referências às desigualdades e à dimensão institucional, ou estrutural, do racismo. A distinção existente quanto ao modo como pais e filhos concebem o racismo ficou evidenciada nas entrevistas realizadas com os estudantes.

A recusa ao casamento, ou namoro, com afrodescendentes, observada pelos estudantes através de manifestações verbais dos pais, das famílias em geral ou de pessoas desconhecidas, foi citada em vários depoimentos como evidência de racismo. Com base em tais declarações, é possível afirmar que a não-aceitação do casamento ou namoro com afro-brasileiros ocorre tanto em famílias de maior *status* socioeconômico quanto nas de menor, envolvendo igualmente homens e mulheres, de classe média e trabalhadora.

A comparação entre as diversas situações descritas nas entrevistas permite afirmar que, segundo a interpretação desses estudantes, a recusa à miscigenação que ocorreu na família, ou fora dela, foi considerada como prova da existência de “preconceito”, ficando implícito que eles mesmos aprovam os casamentos inter-raciais e, portanto, rejeitam a atitude mixofóbica que observaram tanto nas famílias de descendentes de imigrantes

² Nesta seleção busquei respeitar a diversidade existente no conjunto de estudantes de graduação em termos dos cursos frequentados, origem social, gênero e cor. As referências que serão feitas à cor no decorrer do texto se baseiam na auto-classificação. Foram realizadas 45 entrevistas com duração média de 50 minutos.

européus – portugueses, italianos e espanhóis – quanto nas de imigrantes não-europeus – árabes e japoneses.

Essa posição favorável à “mistura de raças” tem sido encontrada em algumas pesquisas de opinião realizadas recentemente e confirma que, quando se trata de comportamento hipotético, os brasileiros em geral e, principalmente, os mais jovens e mais escolarizados, demonstram aceitar a proximidade com os negros, mesmo nas situações de mais intimidade como o casamento (Turra e Venturi, 1995). No entanto, o confronto desses resultados com aqueles encontrados nas pesquisas empíricas realizadas nas décadas de 1940 e 1950 permite afirmar que tal aceitação cresceu somente a partir da segunda metade do século XX. Essas pesquisas mostraram que a recusa à proximidade com os negros na esfera pública e nas relações impessoais (trabalho, residência) era menor, mas crescia nas esferas íntimas, chegando ao ponto máximo quando se tratava de casamento. E embora fosse mais intensa nas cidades das regiões Sul e Sudeste, poderia ser verificada em todo o Brasil³.

Levando em conta esses resultados, o que mais importa destacar é que os estudantes entrevistados utilizaram uma concepção mixofóbica do racismo (Taguieff, 1987), ou seja, que o entendem como sinônimo de rejeição à “mistura de raças”. Esse modo de conceber o racismo ficou evidente, também, ao serem feitas referências críticas ao fato de os descendentes de japoneses que residem em São Paulo tenderem a se manter como um grupo fechado, separado dos demais, evitando o casamento e a convivência com pessoas externas ao grupo. Em algumas entrevistas, essa conduta foi interpretada como evidência de “preconceito” racial, pois refletiria o desejo de manter a “pureza racial” do grupo⁴.

Contrariando os resultados de outras pesquisas empíricas sobre o tema, segundo as quais não houve reconhecimento por parte dos negros de que tivessem sido alvo de racismo (Félix, 2000; Twine, 1998), os estudantes negros entrevistados apontaram diversas situações

³ Embora seja evidente a ocorrência de uma mudança significativa no sentido de surgimento de atitudes mais favoráveis à miscigenação, entre as décadas de 1950 e 1990, esta não se refletiu inteiramente na realização efetiva dos casamentos inter-raciais. Pesquisas recentes revelam que se mantêm até hoje no Brasil altos padrões de casamento endogâmico, com baixas taxas relativas de intercâmbios maritais entre os grupos (Petruccelli, 2000).

⁴ Mesmo sendo a terceira ou quarta geração de descendentes de imigrantes japoneses, esses estudantes continuam sendo referidos pelos outros como “japoneses” – ou “japas” – algo comum também em outros espaços na cidade de São Paulo. Esse modo de nomeação reitera cotidianamente que “eles” não são iguais a “nós” e impõe uma categorização que, muitas vezes, não é aceita por indivíduos que se sentem totalmente integrados ao estilo de vida de classe média urbana e não se consideram “japoneses” (Kitahara, 1998).

em que se consideraram vítimas de racismo. Um dos espaços mais lembrados nas narrativas que tratam da estigmatização racial sofrida na infância, adolescência e juventude foi a escola (colégio ou cursinho pré-vestibular).

Nas narrativas sobre as experiências vivenciadas na escola associadas ao racismo, o que emergiu com mais força foi a dimensão das relações interpessoais, vindo, em seguida, a expectativa negativa por parte de colegas e professores e a falta de incentivo dos pais. Não foram feitas referências ao livro didático⁵, currículo⁶ e muito menos às desigualdades raciais⁷, que são temas, freqüentemente, abordados na literatura sobre racismo e educação⁸.

Entre os estudantes negros entrevistados, foram diversos os relatos sobre o racismo relacionado ao mundo do trabalho, porém o mesmo não ocorreu com os universitários brancos. De início, essa diferença só pode ser entendida levando-se em conta que, em geral, a trajetória dos estudantes negros era bem distinta da dos alunos brancos, sendo que entre os primeiros era maior a proporção daqueles oriundos de famílias pobres e da classe trabalhadora, alguns deles tendo enfrentado situações de desemprego dos pais na década de 1990, tanto no setor privado – indústria de transformação – quanto no público – prestação de serviços⁹.

As experiências de trabalho começaram bem mais cedo para esses estudantes, às vezes ainda na adolescência, quase sempre por necessidade de ajudar a família, prover o próprio sustento e criar condições para realizar o sonho de ingressar em uma faculdade pública. O fato de entrar no mercado de trabalho antes do acesso à universidade, associado à maior dificuldade de obter aprovação no vestibular, explica porque entre os estudantes negros a faixa etária era mais elevada, fato constatado em outros estudos sobre a composição da população que frequenta o ensino superior no Brasil (Queiroz, 2002 e 2001; Sampaio et al., 2000).

⁵ Ver, a respeito, Silva (1988).

⁶ Ver, a respeito, os trabalhos de Oliveira (1987), Moura (1987) e Silva (1988).

⁷ É vasta a literatura que trata das desigualdades raciais na Educação. Entre outros estudos, ver Barcelos (1992) e Hasenbalg (1987).

⁸ Uma das poucas pesquisas que produziu evidências empíricas sobre a estigmatização racial no cotidiano escolar foi realizada em escolas públicas do município do Rio de Janeiro, em 1988 (Figueira, 1990). A pesquisa foi realizada com base em uma amostra que abarcou 442 alunos da rede de ensino público, com idade entre 7 e 18 anos.

⁹ É sabido que os anos de 1990 foram marcados, no Brasil em geral e, particularmente, na Região Metropolitana de São Paulo, pelo crescimento significativo dos índices de desemprego. Segundo um estudo realizado conforme a metodologia DIEESE/SEADE, em 1998, em São Paulo, foi alcançada a média historicamente recorde de 18,3% (Guimarães, 1999).

A exclusão da imagem dos negros de produtos voltados para a classe média também foi citada nas entrevistas, fato que tem sido discutido na literatura que trata da mídia, do mundo da imagem e das representações da classe média na publicidade e na TV como branca¹⁰.

Essas falas evidenciam algo que já tem sido objeto de reflexão na literatura sobre o racismo no Brasil, ou seja, a existência de uma norma social que impede a manifestação direta e explícita das concepções negativas sobre os homens e mulheres negras que, apesar disso, não deixam de ser socialmente construídas e coletivamente compartilhadas (Bastide e Fernandes, 1959; Fernandes, 1978).

Diversas situações referidas nos depoimentos dos estudantes, como evidências de racismo, trataram da associação da imagem do homem negro com a marginalidade. Todos os depoimentos tratam, na verdade, da produção da imagem do homem negro como “suspeito”, algo que tem uma história longa e que já foi relativamente bem documentado na literatura. Os estudos que focalizam esse tema mostram que, atualmente, é forte a associação da imagem do homem negro com a criminalidade, uma imagem que vem se construindo há bastante tempo e que permanece atualizada no comportamento discriminatório de policiais, operadores da Justiça e da população em geral (Mitchell et al., 1998; Adorno, 1995; Teixeira, 1994)¹¹.

Outras situações apontadas pelos estudantes como evidências de racismo referem-se ao consumo de bens e serviços públicos e privados. Estudantes negras citaram o mau atendimento em lojas ou hospitais ocorrido com elas ou membros da família. Em outro caso, a situação descrita tratava de impedimento do acesso de uma estudante a uma danceteria localizada em um bairro de classe média de São Paulo. Chama a atenção que, assim como já referido por outros autores (Guimarães, 1998), tal impedimento não se deu por motivo de segurança ou uso de vestimenta inadequada.

A interiorização, por parte de indivíduos considerados negros, de visões negativas de si e o uso de estratégias de rejeição da categorização racial que a sociedade lhes impõe, bem

¹⁰ Ver, a respeito, D’Adesky (2001) e Araújo (2000).

¹¹ Em uma parte do estudo realizado sobre a criminalidade em São Paulo, Caldeira (2000) analisou as estatísticas existentes para o período de 1973-1996 e concluiu que existem fortes vieses de classe, raciais e de gênero na atuação da Polícia e da Justiça, bem como uma grande desconfiança por parte da população em relação a essas instituições. Em vista disso, a segurança tem se tornado cada vez mais uma questão privada em São Paulo.

como de identidades racializadas, já foi objeto de reflexão em diversas pesquisas. Esse tema foi recorrente nas falas dos universitários entrevistados ao descreverem situações por eles consideradas como evidências de racismo. No caso dos estudantes negros, a questão emergiu, principalmente, nos discursos sobre as famílias formadas a partir de casamentos inter-raciais, quando foram lembrados os episódios dramáticos e, até mesmo, trágicos, que marcaram a trajetória dos pais e que, segundo a interpretação deles, explicavam a auto-rejeição e o fato de eles compartilharem visões tão negativas sobre os negros em geral.

Ao explicitarem a discrepância com relação às atitudes dos pais, apareceram as referências ao modo como eles mesmos lidavam com o fato de serem negros: de forma positiva, afirmativa, mesmo quando reconheceram que nem sempre foi assim. Desse modo, as narrativas sobre a estigmatização dos negros em geral, sobre a auto-rejeição na família e sobre as divergências entre posições que afirmavam ou contestavam as identidades raciais apareceram entrelaçadas nos discursos.

Ao mesmo tempo em que apontaram para uma maior aceitação do uso do termo “negro” com um sentido positivo os estudantes indicaram que, na população, em geral o termo continua tendo uma conotação fortemente negativa, como estigma racial e, por isso mesmo, sendo rejeitado na auto-classificação da cor e usado como forma de insulto ou agressão verbal. Há, de fato, uma diferença geracional que não pode ser desprezada, com a tendência de que os mais jovens e mais escolarizados se considerem “assumidos”, enquanto reclamam da negação da cor entre os pais, mas os jovens também compartilhavam atitudes semelhantes às das gerações anteriores (Sansone, 1993).

São inúmeras as referências nos discursos acadêmicos e populares ao chamado “autopreconceito” dos negros no Brasil e não se pode alegar que tal fato seja recente, embora continue sendo mal compreendido. No entanto, o que me parece novo nessas falas é que – seja em tom de lamentação ou de reprovação – esse tema foi associado a um discurso de valorização das iniciativas de afirmação das expressões culturais e identidades negras, mostrando-se, portanto, afinado com as teses multiculturalistas. Foi nesse contexto que percebi o uso de uma outra definição de racismo se insinuando nas falas dos estudantes, distante da concepção mixofóbica que o vê como sinônimo de separação e recusa à mistura.

Em grande parte das situações descritas pelos universitários entrevistados – referidas à família, escola, mercado de trabalho, universidade etc. –, as evidências apresentadas

trataram de insultos raciais dirigidos aos negros¹². A desigualdade racial foi raramente citada como tema da preocupação dos estudantes; e, quando isso ocorreu, o mais lembrado foi o pequeno número de negros nas universidades brasileiras, principalmente nas públicas. Além do acesso, houve referências também à expectativa negativa dos professores em relação aos alunos negros, o que ocasionaria maior dificuldade para o recebimento de Bolsas e outras oportunidades acadêmicas. Em algumas entrevistas, os estudantes negros afirmaram que se sentiam pouco à vontade na universidade, experimentando uma sensação de estranhamento e, até mesmo, de inferioridade, reforçada pela avaliação negativa que percebiam no “olhar” das outras pessoas. Como exemplo, foi dito que era comum que os alunos negros fossem alvo de confusões, ora tidos como estudantes africanos que freqüentavam a universidade através de um convênio internacional, ora como funcionários¹³.

Outras dimensões da desigualdade racial não foram citadas nas entrevistas, reforçando a minha conclusão de que, embora os estudantes tivessem demonstrado percepções aguçadas da existência do racismo na sociedade brasileira, estas excluíram, em grande parte, o chamado “racismo institucional”, limitando-se às suas expressões individuais. Para entender porque isso acontece é preciso levar em conta que embora o conceito de racismo que o associa a atitudes ou comportamentos individuais tenha sido objeto de críticas nos discursos acadêmicos, a partir dos anos 1950, continuou a ser atualizado nos discursos jurídicos e do senso comum.¹⁴ O que os depoimentos mostraram é que, apesar da divulgação dos resultados das pesquisas sobre desigualdades raciais, é a dimensão individual do racismo que continua sendo mais percebida.

Embora em nenhum de seus depoimentos os estudantes tivessem negado a existência de racismo no Brasil, é possível afirmar que este foi percebido com intensidades diferentes.

¹² Com base na análise das queixas registradas na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, no período de maio de 1997 a abril de 1998, Guimarães desenvolveu uma interpretação segundo a qual o insulto racial é uma *‘forma de construção de uma identidade social estigmatizada’* (169:2002), seguindo a interpretação desenvolvida por Elias e Scotson (2000) sobre a formação de grupos socialmente execrados. Na abordagem dos processos de estigmatização dos grupos sociais criminalizados em São Paulo, Caldeira (2000) propõe uma interpretação semelhante, afirmando que assim como o medo do crime faz as pessoas construírem barreiras físicas/materiais (muros, grades, sistemas privados de segurança etc.), surgem barreiras simbólicas: o “preconceito”.

¹³ Carvalho (2002) encontrou resultados semelhantes numa pesquisa realizada na Universidade de Brasília.

¹⁴ Na legislação anti-racista, por exemplo, em vigor no Brasil, apenas as atitudes e comportamentos individuais considerados racistas é que são passíveis de punição, fato coerente com a concepção individualizada de justiça adotada no país (Silva Jr., 2000 e 1998).

Em grande parte das entrevistas realizadas com estudantes negros, o racismo foi apontado em contextos diversos, incluindo situações em que a própria pessoa foi alvo dele. No entanto, em dois casos, foi dito que o racismo era um problema de menor importância, minimizando-se a sua influência na sociedade brasileira em geral e nas suas trajetórias pessoais. Diferentemente do que ocorreu com os demais, esses universitários não souberam dar exemplos que tivessem ocorrido com outras pessoas, ou com eles mesmos. Em suas falas, enfatizaram a dimensão econômica do problema dos negros – seja diretamente a baixa renda e/ou a falta de acesso à boa formação escolar básica.

Os resultados dos estudos que analisam a participação de negros e brancos no mercado de trabalho contradizem essa afirmação, ao mostrar que, no segmento da população que tem nível superior, entre os negros a proporção de desempregados é maior e a média salarial é menor¹⁵. Em outras palavras, as desigualdades raciais entre negros e brancos não apenas permanecem, mas até mesmo aumentam à medida que se eleva a escolaridade dos trabalhadores.

Ao comentar sobre as posições de militantes anti-racistas que ela conhecia, uma estudante negra afirmou não acreditar que a realidade do racismo fosse tão brutal como eles descreviam, o que talvez se justificasse pelo fato de eles serem de outra geração, acrescentando que, por não considerar o problema do racismo tão sério, não se sentia motivada a participar de ações de caráter coletivo ou grupal voltadas para a defesa dos negros, apesar de não ter dúvidas sobre o fato de ser ‘negra’. É interessante que nessa fala se combinou a afirmação da identidade racial com a minimização do problema do racismo e, por decorrência, a falta de motivação para a participação em ações anti-racistas¹⁶.

A existência de diferenças entre os jovens negros da geração ‘pós-redemocratização’ (1985-2004) e da geração anterior ainda não recebeu a atenção devida na literatura que trata

¹⁵ De acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMSP, para o período de janeiro a junho de 2000, apesar de as taxas de desemprego diminuírem com o aumento da escolaridade, as diferenças entre negros e brancos se mantêm: a proporção de desempregados com nível superior era de 8,0% entre os brancos e 10,4% entre os negros (DIEESE, 2000). Em 1998, o rendimento real médio dos trabalhadores negros com terceiro grau na RMSP era de 63,8% daquele recebido por trabalhadores “brancos” com a mesma escolaridade, enquanto que os trabalhadores “negros” com segundo grau completo recebiam 75,3% e os trabalhadores ‘negros com primeiro grau completo recebiam 84,2% (INSPIR, 1999).

¹⁶ Tal associação, por si só, desafiaria as teses dos autores que têm sustentado que a identidade racial – ou a ‘consciência racial’ – é a condição fundamental para que exista percepção do racismo e reação a ele, no Brasil, o que não ocorreria por causa da ideologia da democracia racial (Twine, 1998; Turner, 1985; Hanchard, 2001).

de temas como participação política e identidade racial. Do mesmo modo que entre os jovens negros do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é mais admissível encontrar narrativas sobre o “ser assumido”(a) e ter resolvido os dilemas que marcaram a trajetória dos pais no que diz respeito a lidar com o fato de ser negro(a), é mais provável também se deparar com uma mobilização pequena para as ações coletivas que contrasta com uma ênfase muito maior na busca de estratégias individuais para a solução dos problemas¹⁷. Desse modo, é bastante significativo que nenhum dos estudantes negros que afirmaram terem se sentido vítimas de racismo buscou os órgãos oficiais ou organizações anti-racistas para fazer denúncias formais, preferindo soluções individuais ou, até mesmo, não esboçando reação alguma.

III - EXPLANAÇÕES PARA AS DESIGUALDADES E POLÍTICAS EM PROL DA IGUALDADE

Diante desses resultados fica a pergunta sobre quais seriam as atribuições para a desigualdade racial e as preferências dos estudantes em termos de políticas anti-racistas. Especificamente, no que diz respeito ao ensino superior as explicações estruturalistas, que faziam referência às condições sócio-econômicas, foram as mais utilizadas pelos estudantes, sendo que aquelas que faziam referência ao racismo foram menos citadas. As explicações individualistas também não foram defendidas explicitamente, mas não deixaram de aparecer, mesmo que de modo implícito e indireto, na argumentação utilizada para justificar as preferências em termos de políticas para a inclusão dos negros no ensino superior. Em relação a esse tema, em geral, os estudantes se mostraram mais favoráveis à implementação de políticas universalistas, priorizando o investimento no ensino público e fundamental, e a distribuição de renda, como soluções para o problema da exclusão dos negros do ensino superior. As propostas de criação de cursos pré-vestibulares para estudantes negros e de baixa renda e, principalmente, a reserva de vagas no exame

¹⁷ A literatura que trata do tema ‘juventude’ tem destacado esse aspecto, ao tentar explicar porque as mobilizações coletivas dos estudantes, que foram tão importantes há algumas décadas, praticamente, desapareceram na década de 1990 (Cardoso e Sampaio, 1995).

vestibular para estudantes negros, encontrou forte resistência, sendo recusadas com base em diversos argumentos.

Houve convergências nos discursos dos estudantes negros e brancos, assim como divergências internas a estas categorias quanto às preferências em termos de políticas anti-racistas. Apesar disso, persistiram diferenças entre negros e brancos - não em termos absolutos, mas em termos de intensidade -, com os brancos se mostrando menos favoráveis do que os negros às políticas de ação afirmativa.

Considerando que houve um reconhecimento amplo da existência de racismo contra os negros no Brasil, entendido como “preconceito” e “discriminação”, é possível compreender porque, em diversos momentos, as tensões e ambigüidades foram muito grandes nestas falas que tentavam mostrar coerência entre esta posição e uma outra, em que não se admitia a adoção de políticas particularistas, isto é, visando beneficiar especificamente os negros. Na tentativa de se mostrarem isentos de “preconceito” e “discriminação”, os estudantes recorreram à defesa de políticas universalistas – como o investimento nos sistemas de ensino público e distribuição de renda – que, enquanto propostas que ainda não se concretizaram, encontram apoio em todos os segmentos da sociedade. Atualmente, seria, no mínimo, absurdo defender publicamente uma posição contrária a esse tipo de proposta, o que significa dizer que ao se limitarem a defendê-las os estudantes repetiram o óbvio.

Diante desses resultados, uma indagação que, de imediato, se coloca é quanto às possíveis interpretações para as posições que os vários segmentos da sociedade brasileira têm expressado publicamente no que diz respeito às políticas anti-racistas. Quais seriam as principais fontes de variação nas preferências individuais em termos de tais políticas? Diferentemente do que ocorre em países que já vem implementando há algumas décadas os programas de ‘ação afirmativa’, como os Estados Unidos e a Índia, no Brasil o debate público sobre o tema e as iniciativas de implementação de projetos piloto e programas amplos de ação afirmativa são muito recentes. Do mesmo modo, é escassa a literatura que analisa a opinião pública brasileira sobre o tema, o que significa dizer que falta ao debate acadêmico os subsídios que poderiam advir de evidências empíricas produzidas através de pesquisas tratando, especificamente, desse assunto.

Em outra oportunidade, analisei os termos do debate existente na literatura dos Estados Unidos sobre os posicionamentos da população em relação à ação afirmativa e, a partir daí, tecei algumas reflexões sobre um debate semelhante no Brasil (Barreto, 2003). Por falta de espaço, vou apenas resumir aqui os principais pontos destas reflexões.

O preconceito racial, definido segundo o modo convencional, ou seja, como resultado de estereótipos negativos e desejo de manutenção da distância social, é algo que hoje não se expressa com tanta frequência quanto no passado, principalmente, nas classes médias e nas elites brasileiras. É pouco provável, portanto, que se consiga demonstrar, através de pesquisas empíricas, a existência de preconceito racial e de uma relação de causalidade entre ‘racismo’ e preferências individuais quanto às políticas anti-racistas. Isso não impede, porém, que a expressão pública de opiniões contrárias à implementação dos programas de ação afirmativa e, especificamente, à criação de reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes negros seja interpretada como evidência de racismo. Os resultados das pesquisas acadêmicas sobre a desigualdade racial têm sido um trunfo importante nesta linha de argumentação que associa a oposição às chamadas ‘cotas raciais’ ao antiigualitarismo e à defesa dos interesses de grupo e, de modo inverso, afirma que o apoio às ‘cotas raciais’ se justifica como parte do esforço em prol da implementação de políticas públicas visando combater as desigualdades.

Em outra direção, estão aqueles que consideram a oposição às políticas de ação afirmativa como resultado da adesão ao individualismo e, portanto, do compromisso com a igualdade e as normas democráticas. No entanto, vários autores têm destacado que o desenvolvimento e expansão dos valores centrados no individualismo suscitam paradoxos e contradições (maior ou menor rejeição de formas diversas de igualitarismo e de individualismo), rejeitando as análises comparativas que criaram uma oposição rígida entre as sociedades modernas (individualistas), vistas como modelos de positividade, e as sociedades pré-modernas (holistas ou comunizaristas), vistas como modelos de negatividade (Araújo, 2000; Soares, 1999; Oliveira, 1999).

Bellah (1999) exemplifica isso ao analisar as tensões e os impasses existentes na sociedade norte-americana, onde há uma cultura comum muito poderosa, cujo elemento dominante é o individualismo utilitário. No cerne desse individualismo existe algo que é religioso: a consciência individual, a pessoa individual, tem um caráter sagrado nessa

sociedade (a religião civil). É esse o pano de fundo que permite entender por que o multiculturalismo tem maior aceitação nos Estados Unidos do que em outras sociedades, como a francesa, e por que ele não é contraditório, mas faz sentido nessa sociedade. Segundo Bellah (1999:302), o que está por trás da crescente evidência de categorias como raça e gênero é a preocupação com a dignidade e respeito ao indivíduo, mas o problema é que no momento em que se está valorizando mais “o caráter sagrado do indivíduo” está ficando mais difícil manter os indivíduos unidos, o que decorre da predominância de um individualismo econômico que destrói a solidariedade, isto é “*o sentimento de fazer parte de um mesmo corpo*”.

Bellah é otimista quanto à aceitação no Brasil (pela influência da Igreja Católica) de uma abordagem “comunitarista” como a dele, principalmente entre os jovens, tendo em vista que não há uma economia de longo período de crescimento econômico (*long boom*) e são escassas as chances de obter realização pessoal e profissional através de estratégias individuais. No entanto, penso que esse raciocínio não se aplica à sociedade brasileira como um todo, mas apenas aos segmentos da população que não pertencem às classes médias e às elites, e que têm menor acesso às oportunidades sociais. Nestas, assim como está presente a preocupação com a dignidade e respeito ao indivíduo, é predominante o “individualismo econômico” que, segundo Bellah, destrói a solidariedade e “o sentimento de fazer parte de um mesmo corpo”.

Seguindo esse raciocínio, não me parece adequado afirmar que a adesão aos valores modernos – como o individualismo – se restringe aos segmentos de renda mais elevada, mais escolarizados, e está ausente dos segmentos de menor renda e menos escolarizados, onde estão concentrados os pobres e os negros. Essa oposição é simplista e acaba por reforçar as interpretações conservadoras que teimam em mostrar os pobres como em rota de colisão com a modernidade, obscurecendo o fato de que mesmo na classe média e elite brasileiras os valores tradicionais estão presentes, e que há, simultaneamente, adesão a algumas formas de “individualismo” e de “antiigualitarismo”.

Existe uma vasta literatura apontando as inúmeras dificuldades existentes para a construção do Brasil como uma nação moderna, regida por princípios liberais. Por suas características hierárquicas e ausência de tradição igualitária, a sociedade brasileira foi descrita em muitos estudos clássicos como marcada por sucessivas tentativas fracassadas de

ingresso na modernidade e, nestes, a comparação com os Estados Unidos esteve sempre presente, seja de modo explícito ou implícito. Estudos recentes têm criticado essas análises por considerarem que há singularidades nos processos de constituição das nações modernas. Na interpretação de Souza (1999), por exemplo, considera-se que houve real adesão aos valores modernos no Brasil – e não uma adesão superficial ou falsa – apesar de esta ter se dado de forma peculiar, caracterizando-se como uma “modernidade desigual”: tal processo ocorreu, mas envolveu a exclusão de uma parcela da população (os pobres, em sua maioria, negros), considerada despreparada, ou sem aptidão, para assimilar os valores europeus, ocidentais, modernos, que começaram a ser difundidos no início do século XIX.

Embora concorde com a idéia central de que a desigualdade pode estar embutida no próprio processo de construção das sociedades modernas, não me agrada a descrição polarizada da sociedade brasileira, que opõe o segmento “moderno” (mais escolarizado, branco, de maior renda) ao segmento “pré-moderno” ou “tradicional” (menos escolarizado, negro, de menor renda), resultante dessa análise. Concordo com os autores que mostram que as tendências antiigualitárias existem em todos os segmentos da sociedade, mesmo naqueles mais escolarizados, embora seja difícil obter evidências disso através de entrevistas, sejam estruturadas ou não-estruturadas. Isso se explica, em parte, pelo constante esforço dos brasileiros (principalmente, os mais instruídos) de se mostrarem tolerantes e democráticos, recusando a imagem de pessoas autoritárias e preconceituosas¹⁸.

No caso do Brasil, Guimarães (2002) tem argumentado que é a defesa dos privilégios seculares, protegidos por interesses corporativos, que justifica a maior oposição nas classes médias e elites às políticas de ação afirmativa, visando a beneficiar os negros, ou os segmentos da população de renda mais baixa (os “carentes”).

Em sua análise dos resultados de uma pesquisa sobre as percepções das elites a respeito da estratificação social, pobreza e desigualdade, Reis (2000) afirma que as elites preferem políticas de combate à pobreza e desigualdade de caráter universalista, com

¹⁸ As pesquisas realizadas em São Paulo por Pierucci (1999) e Caldeira (2000) fornecem evidências de que o antiigualitarismo e os preconceitos estão presentes também nos segmentos de classe média, mesmo quando estes têm nível elevado de escolaridade. Outros autores que discutem os resultados de uma pesquisa sobre política e valores realizada em Brasília, que servem de base para a análise de Souza, mostram que, mesmo no segmento mais instruído da população do Distrito Federal, o individualismo convive com outros valores tradicionais, o que confirmaria a hipótese da existência de um “paradoxo axiológico” no Brasil (Araújo, 2000).

ênfase no investimento em políticas educacionais, que dependam apenas de iniciativas e recursos governamentais, sem envolver qualquer tipo de taxaço da riqueza. Segundo a autora, esses resultados evidenciam a irresponsabilidade das elites brasileiras e não podem ser dissociados do fato de que, por muito tempo, o nacionalismo, o estatismo e o desenvolvimentismo foram as crenças e valores mais importantes no sentido de promover a solidariedade entre os brasileiros de diversos estratos sociais, justificando as desigualdades existentes. Seguindo a interpretação de Reis, a existência de iniciativas recentes de implementação de políticas de ação afirmativa e o fato de que estas têm recebido apoio de uma parcela da população, podem ser considerados como parte de um contexto mais amplo de mudanças indicando que novos valores e crenças estão dando suporte à construção da solidariedade social no Brasil, e que “*um novo padrão de cidadania pode emergir*” (2000: 191).

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, n. 43, p. 45-63, 1995.
- ANDREWS, George Reid. *Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.
- ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira. Entre o holismo e o individualismo: tipos morais e cultura política no Brasil. In: ARAÚJO, C. E. P.; SANTOS, E. G. C.; SOUZA, J.; COELHO, M. F. P. (Orgs.). *Política e valores*. Brasília: UnB, 2000. p. 117- 167.
- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: O Negro na Telenovela Brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. 323 p.
- BARCELOS, Luis Cláudio. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 37-69, dez. 1992.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva; OLIVEIRA, Cloves Luis Pereira. Percepção do racismo no *Rio de Janeiro*. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 25, n.2, p. 183-213, 2003.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva. Racismo e anti-racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo. Tese defendida na Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2003.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. Rio de Janeiro: Nacional, 1959. (Brasiliana, 305).

- BELLAH, R. N. Comunitarismo ou liberalismo? Brasil e Estados Unidos em debate. In: SOUZA, J. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UnB., 1999. p.295-315.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. *Bibliografia Sobre a Juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- CARNEIRO, M. Luiza Tucci. *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, José Jorge de. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Coord.). *O Negro na Universidade*. Salvador: Programa A Cor da Bahia/FFCH/UFBA, 2002. p.79-99 (Novos Toques, 5).
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo Étnico e Muticulturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Boletim Especial: Dia Nacional da Consciência Negra*. 2000.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. The established and the outsiders. A sociological enquiry into community problems. London: Sage Publications, 1994.
- FÉLIX, João Batista de Jesus. *Chic Show e Zimbabwe e a Construção da Identidade nos Baires Black Paulistanos*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 2 v.
- FIGUEIRA, Vera. O Preconceito Racial na Escola. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18, p. 63-72, 1990.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: FUSP; Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e Discriminação. Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador: A Cor da Bahia, 1998. (Novos Toques).
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Tratamento desigual de brancos e negros na procura de empregos na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999. Documento Interno de Trabalho n. 2. Projeto FORD/USP.
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2001.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- HASENBALG, Carlos. Desigualdades sociais e oportunidade educacional. *Raça Negra e Educação - Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, São Paulo, n.63, p. 24-26, 1987.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições na década de 90*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 807).
- INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL. *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho*. São Paulo, 1999. 133 p.
- KITAHARA, Satomi Takano. Os Comportadinhos na Casa dos Gaijins. In: OLIVEIRA, Dijaci et al. (Orgs.). *A Cor do Medo: Homicídios e Relações Raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFMG, p. 127-149, 1998.

- MITCHELL, M. J.; WOOD, C. H. Ironies of citizenship: skin color, police brutality, and the challenge to democracy in Brazil. *Social Forces*, n. 3, v. 77, p. 1001-1020, 1998.
- MOURA, C. A. Curso de Introdução de História da África para Professores de 1º e 2º Graus. *Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, São Paulo, n. 63, p. 77-78, 1987.
- OLIVEIRA, L. R. C. Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos Estados Unidos. In: SOUZA, J. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UnB., 1999. p. 265-294.
- OLIVEIRA, R. de. Reflexões sobre a experiência de alteração curricular em São Paulo. *Raça Negra e Educação: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, São Paulo, n. 63, p. 72-73, 1987.
- PETRUCCELLI, José Luís. Casamento e Cor no Brasil Atual: a reprodução das diferenças. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24., 2000, Petrópolis. *Comunicação no Grupo de Trabalho ...* Petrópolis: ANPOCS, 2000.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: Pós-Graduação em Sociologia da USP/ Editora 34, 1999.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Coord.). *O Negro na Universidade*. Salvador: Programa A Cor da Bahia/FFCH/UFBA, 2002. 194 p. (Novos Toques, 5).
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Raça, Gênero e Educação Superior*. 2001. 302 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- REIS, Elisa P. Modernization, Citizenship, and Stratification: historical processes and recent changes in Brazil. *Daedalus - Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, v. 129, n. 2, p. 171-195, 2000.
- SAMPAIO, H.; LIMONGI, F.; TORRES, H. *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. São Paulo: NUPES/USP, 2000. (Documentos de Trabalho, 1).
- SANSONE, Livio. Pai Preto, Filho Negro: Trabalho, cor e diferenças de geração. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, p. 73-98, 1993.
- SILVA JR., Hédio. Anti-Racismo: Coletânea de Leis Brasileiras (Federais, Estaduais, Municipais). São Paulo: Editora Oliveira Mendes. 1998. 311 p.
- SILVA JR., Hédio. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio e HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. p. 359-387.
- SILVA, Ana Célia. *Estudos Africanos nos Currículos Escolares - 1978-1988: 10 Anos de Luta Contra o Racismo*. MNU. São Paulo: Confraria do Livro, 1988. p. 48-51.
- SILVA, Nelson do Valle. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sergio; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a Máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 33-51.
- SOARES, Luiz Eduardo. A duplicidade de cultura brasileira. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1999. p.223-235.
- SOUZA, Jessé . A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1999. p.17-54.
- TAGUIEFF, Pierre-André. *Doutes sur l'antiracisme: La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris, Gallimard, 1987.

TURNER, Michael. Brown into Black: Changing Racial Attitudes of Afro-Brazilian University Students. FONTAINE, Pierre-Michel (Ed.). *Race, Class and Power in Brazil*. California: Center for Afro-American Studies/University of California, 1985. p. 73-94.

TURRA, C.; VENTURI, G. (Eds.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

TWINE, F. W. *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

WINANT, H. *Racial Conditions: politics, theory, comparisons*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1994.